

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.467.249 - PE (2019/0076812-6)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AGRAVADO : ALEXANDRE ALVES DA SILVA
ADVOGADO : FRANCISCO ROMÃO SAMPAIO TELES - PE018693

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO** contra decisão do respectivo Tribunal de Justiça, que não admitiu o recurso especial manejado com apoio no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em oposição a acórdão assim ementado:

"DIREITO PROCESSUAL PENAL. AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS POR PARTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO. NULIDADE RELATIVA. MINISTÉRIO PÚBLICO DEVIDAMENTE INTIMADO. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. INVIABILIDADE. VICIO INEXISTENTE. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNANIME." (e-STJ, fl. 138).

O recorrente aponta ofensa aos arts. 563 e 564, III, "d", do Código de Processo Penal.

Sustenta, em síntese, que "a não intervenção do Ministério Público em qualquer ato do processo, tais como: oferecimento de denúncia, participação na audiência de instrução criminal, produção de provas, apresentação de alegações finais e interposição de recursos e respostas, provoca nulidade absoluta" (e-STJ, fl. 160).

Requer a "reforma do aresto impugnado proferido pela Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco e, via de consequência, declarados nulos todos os atos realizados a partir da audiência de instrução e julgamento, inclusive renovando ao órgão acusatório a oportunidade de oferecer as necessárias alegações finais" (e-STJ, fl. 179).

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 184-191).

O recurso foi inadmitido em razão da incidência dos óbices das Súmulas 284/STF e 83/STJ (e-STJ, fls. 196-201). Daí o presente agravo (e-STJ, fls. 206-222).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do agravo (e-STJ, fls. 239-240).

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal não merece acolhimento.

O Tribunal de origem, ao apreciar a controvérsia, assim se manifestou:

"Consabido que a nova redação do artigo 212 do CPP, não veda a inquirição de testemunhas pelo magistrado de piso, uma vez que durante a produção de provas ele é pessoa que desempenha papel ativo na busca da verdade real.

Lado outro, a ausência do Ministério Público, devidamente intimado

da audiência, não torna nula a prova produzida, além de não haver comprovação da existência do efetivo prejuízo por parte do apelante, conforme prevê o artigo 563 do CPP: "nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa".

Com efeito, a anulação de atos processuais significa a perda de atividades já realizadas, prejudicando as partes e o magistrado, e acarretando demora na prestação jurisdicional almejada, motivo pelo qual a legislação processual penal exige que os prejuízos decorrentes da eiva a ser reconhecida sejam concreta e efetivamente demonstrados. Sobre o tema, Guilherme de Souza Nucci esclarece que "uma das formas de se combater a lentidão exagerada em relação ao trâmite processual é evitar, sempre que possível, a decretação de nulidades, pois tal medida implicará no refazimento dos atos já praticados, acarretando, por óbvio, um atraso significativo na conclusão do feito" (Código de Processo Penal Comentado. 9º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 907).

Com tais considerações, voto no sentido de negar provimento ao recurso ministerial, mantendo a sentença absolutória em todos os seus termos." (e-STJ, fl. 141).

Com efeito, esta Corte Superior entende que "não há qualquer vício a ser sanado nas hipóteses em que, apesar de intimado, o Ministério Público deixa de comparecer à audiência e o Magistrado, condutor do processo, formula perguntas às testemunhas sobre os fatos constantes da denúncia, mormente nas hipóteses em que a defesa não se insurge no momento oportuno e que não há demonstração de efetivo prejuízo (art. 563 do CPP)" (REsp 1.348.978/SC, relator para acórdão Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 17/2/2016).

No caso em exame, conforme asseverou o Tribunal de origem, não houve demonstração de efetivo prejuízo, à luz do art. 563 do Código de Processo Penal, segundo o princípio *pas de nullité sans grief*.

Nesse sentido, os seguintes julgados desta Corte:

"[...]

I - Inexiste nulidade na ação penal por ter o Magistrado conduzido audiência de oitiva das testemunhas de acusação, inquirindo-as sobre os fatos constantes da denúncia, sem a presença do Membro do Ministério Público.

Omissis.

III - Agravo regimental improvido"

(AgRg no REsp 1491961/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 14/9/2015, grifou-se).

"[...]

1. De acordo com o entendimento desta Corte superior, inexiste vício a ser sanado nas hipóteses em que, apesar de intimado, o Ministério Público deixa de comparecer à audiência e o Magistrado, condutor do processo, formula perguntas às testemunhas sobre os fatos constantes da denúncia. Precedentes.

2. Não viola o princípio da colegialidade a decisão monocrática do

relator, tendo em vista a possibilidade de submissão do julgado ao exame do órgão colegiado, mediante a interposição de agravo regimental.

3. Agravo regimental improvido"

(AgRg no HC 381.609/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 28/4/2017, grifou-se).

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, **conheço** do agravo, para **negar** provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator

